

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR

27/01/2016

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de 2016, teve início a primeira reunião ordinária do Conselho Superior do IFRJ, do ano de 2016. Estavam presentes os conselheiros: Andre Luiz Santos (Representante Titular FECOMERCIO), Eurico Marchon Neto (Representante Suplente SEDEIS), Rodney Cezar de Albuquerque (Representante Titular Diretores-Gerais), Cristiane Henriques de Oliveira (Representante Titular Diretores-Gerais), Wallace Vallory Nunes (Representante Titular Diretores-Gerais), Florinda do Nascimento Cersósimo (Representante Suplente Diretores-Gerais), Anderson Wilson da Silva Henriques (Representante Suplente Docentes), Marco Aurélio Passos Louzada (Representante Titular Docentes), Fabiano Godinho Faria (Representante Titular Docentes), Valter de Souza Felix (Representante Suplente Docente), Jefferson Robson Amorim da Silva (Representante Titular Técnicos-Administrativos), Paulo Pontes Castro (Representante Suplente Técnicos-Administrativos), Maria de Fátima dos Santos Vieira (Representante Suplente Técnicos-Administrativos), Marcius Henrique da Silva Borges (Representante Suplente Discentes), Johnes Hebert Victal Evangelista (Representante Titular Discentes, e o convidado Miguel Roberto Muniz Terra (Pró-Reitor de Administração do IFRJ). O presidente iniciou a reunião agradecendo a presença de todos. Ele anunciou que gostaria de estabelecer um teto para o término da reunião, que seria até às 13h. O conselheiro Anderson Henriques disse que não poderia permanecer até o final. O presidente pediu objetividade nas discussões, para que os trabalhos seguissem da melhor forma possível. Dando início à Ordem do Dia, o presidente sugeriu que as atas das reuniões anteriores fossem discutidas em reunião posterior, e todos concordaram. Em seguida, o presidente disse que as aprovações das Resoluções nº 9 e 10 ficariam para a próxima reunião. O presidente apresentou os itens contidos na pauta de convocação e disse que, em relação ao PAINT, se não fosse discutido naquela reunião, deveria ser homologado *ad referendum* e depois seria apresentado em uma próxima oportunidade. Quanto aos informes, o pró-reitor de Administração Miguel Roberto Muniz Terra disse que o GT da Fundação (FUNCEFETQuímica) finalizou os trabalhos e entregaria o relatório final. Ele disse que foi feito um levantamento dos problemas que a Fundação causou, que incluíam falta de pagamento, atrasos, dívidas, sumiço de documentação e bens e ações judiciais de ex-funcionários, mas que não foi possível efetuar nenhuma ação que precisasse de legitimidade oficial, pois o Conselho Curador da Fundação deveria ser reativado, nomeando uma pessoa como interventor ou presidente, para que tivesse legitimidade junto aos órgãos oficiais, como por exemplo o Banco Central, para apurar contas e saldos. Então, o conselheiro Wallace Vallory Nunes disse que o presidente seria o Reitor, mas o pró-reitor de Administração Miguel disse que o Conselho Curador teria de se reunir para fazer alguma espécie de “analogia”, para nomear alguém que tivesse representatividade junto a bancos e empresas a fim de que as investigações e levantamentos pudessem ser feitos oficialmente. Depois disso, o conselheiro Marco Aurélio Louzada recomendou o encaminhamento do relatório ao Comitê de Ética Pública. Então, o conselheiro Rodney Albuquerque perguntou sobre o período de mandato do presidente da Fundação (2 anos) e se o processo eleitoral não poderia ser deflagrado uma vez que o prazo do mandato anterior já havia expirado. O presidente do Conselho Superior comentou que seria impossível alguém presidir a Fundação sem que houvesse uma apuração do que houve de errado anteriormente nessa entidade. O conselheiro Anderson comentou que a gravidade da situação da Fundação permitia pensar que seria o caso de investigação policial. O presidente do ConSup ressaltou que o GT foi criado para um levantamento preliminar, pois não havia interventor, por isso não havia possibilidade de aprofundar a investigação, e que o relatório seria encaminhado ao Procurador para que fosse feita a indicação de como agir. Então, a conselheira Florinda Cersósimo disse que havia problemas de verbas de fomento encaminhadas via Fundação para os *campi*, e os compromissos com essa verba não foram honrados, e havia diretores que estavam sendo cobrados por isso. Em seguida, quanto ao fluxo

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR
27/01/2016

50 do RSC, o presidente disse que os representantes foram reconstituídos, e que a partir daí o processo de RSC poderia seguir novamente. Então, o conselheiro Valter esclareceu que a CPPD havia se reunido em novembro e fez uma consulta aos *campi* para verificar quem teria interesse em atuar como interlocutor, e obteve retorno de dois professores de Arraial do Cabo, que se colocaram à disposição, que seriam os professores Wenderson Buenos Aires (titular) e

55 Armando Martins de Souza (suplente). O conselheiro disse que foram finalizados 28 processos e na próxima reunião da CPPD seriam terminados mais 25. Uma preocupação apresentada pelo conselheiro seria o fato de nenhum avaliador externo ter recebido o pagamento acordado pelo serviço. Então, o Pró-Reitor de Administração Miguel Terra comentou a respeito dos pagamentos dos avaliadores externos dizendo que esse pagamento já havia ocorrido e

60 desconhecia a informação de que esses pagamentos não haviam sido efetuados. Em seguida, o conselheiro Valter Félix disse que três avaliadores externos se pronunciaram, dizendo que não foram pagos por processos abertos em junho. Então, o presidente pediu que qualquer questão de pagamento fosse encaminhada com cópia para o Gabinete. Dando sequência à Ordem do Dia, o presidente solicitou indicação de representantes para o GT Qualificação: entre os

65 docentes, ficou determinado que o conselheiro Marco Aurélio do Espírito Santo seria o titular, e o conselheiro Fabiano Godinho o suplente. Entre os técnicos-administrativos, o titular seria o conselheiro Jefferson Amorim, e a conselheira Jane Valpassos como suplente. O presidente disse que se houvesse necessidade de modificações, que elas seriam feitas posteriormente. Em seguida, o presidente solicitou os nomes dos representantes na CPA do Conselho Superior, que

70 seriam representantes da sociedade civil organizada – um titular e um suplente. O suplente seria Luiz Fernando Bergamini de Sá (SEDEIS), e que seria necessário entrar em contato com a FIRJAN para saber se a Sra. Marilda Pimenta Melo poderia ser a titular. Quanto aos cargos em aberto no CONSUP, seria necessário eleger os representantes dos discentes e dos egressos, e o suplente do conselheiro Otávio Carneiro, pois seu suplente havia renunciado. Segundo o

75 presidente, seria necessário então montar três comissões eleitorais: para discentes, para egressos e para técnico-administrativo. Houve questionamento sobre a possibilidade de convocar para suplentes os componentes do último processo eleitoral, sendo esclarecido pelo presidente do Conselho Superior que não existia previsão de tal ação. Então, o Pró-Reitor Miguel Terra sugeriu a criação de uma comissão para fazer o controle das três eleições. Foram

80 sugeridos os nomes dos conselheiros Otávio Carneiro (técnico-administrativo titular) e Jefferson Amorim (técnico-administrativo suplente), Marco Louzada (docente titular) e Fabiano Godinho (docente suplente). O conselheiro discente Marcius Henrique ficou responsável por encaminhar os nomes de dois discentes indicados para titular e suplente para a composição da comissão. O início do trabalho da comissão ficou marcado para o dia 04 de

85 março de 2016, após as férias. Em seguida, a conselheira Maria de Fátima dos Santos Vieira, representante dos técnicos-administrativos (suplente da conselheira Jane Valpassos), solicitou seu desligamento do Conselho Superior. Dessa forma, haveria necessidade de eleger mais um suplente técnico-administrativo. O presidente passou para o próximo tema, que seria a composição do GT 30 horas. Seriam necessários um representante da CIS, quatro

90 representantes do CONSUP, três representantes dos técnico-administrativos escolhidos em assembleia e um representante da PROAD. Os três técnicos-administrativos já tinham sido indicados na assembleia de servidores: Adão de Assis Ferreira Junior (titular), Eládio Bandeira de Lima Filho (suplente), Eduardo do Carmo Castro (titular), Aymore Opytaciano dos Santos Filho (suplente), Fabiana Castelo Valadares (titular) e Fernanda Paixão de Souza Gouvêa (suplente). Os representantes do CONSUP seriam dois ao invés de quatro, ficando a conselheira Joana D’Arc como titular e o conselheiro Paulo Pontes como suplente, e, também, a conselheira Jane Valpassos (titular) e o conselheiro Jefferson Amorim (suplente). Com isso, os GTs pendentes de indicações foram concluídos. O próximo ponto discutido foi o

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR
27/01/2016

100 Regulamento da Carga Horária Docente. O presidente comentou que houve um equívoco nas discussões realizadas pelo fórum de DE's e pela Pró-Reitoria de Ensino Técnico, pois a revisão do Regulamento deveria ser feita após, e não durante o segundo semestre de 2015. Poderia haver interpretação dos professores de que o Regulamento já seria implementado logo após o período de 2015.2, antes da revisão. Ficou evidente que o período de implantação deveria ser estendido enquanto ocorresse a revisão do Regulamento, pois poderia haver um entendimento de que entraria em vigor a partir de 2016.1, o que não poderia ocorrer, pois já haviam sido constatadas inconsistências durante o período de implantação. O conselheiro Valter Felix, que é membro da CPPD, comentou, como exemplo, que a CPPD tinha a preocupação do aumento do prazo de implantação sendo que não se sabia quais pontos seriam prorrogados, o que poderia vir a causar problemas inclusive nos *campi* que já estavam implementando o novo regulamento. Ele comentou que ainda havia professores trabalhando em três turnos seguidos, o que não era permitido por lei. O presidente disse que a jornada de trabalho docente pode ser em três turnos, desde que não sejam no mesmo dia. O conselheiro Fabiano Godinho disse que deveria haver revisão sistemática do regulamento e que deveria ser criada na reunião uma comissão para avaliar tal revisão e que pudesse dar o parecer antes do término de 2016.1.

115 Valter disse que via grandes problemas em alguns artigos do regulamento, que seriam contrários a alguns pontos de minuta do MEC regulando sobre o assunto. O conselheiro Fabiano Godinho sugeriu um prazo de três meses para a comissão discutir o tema apresentado. O presidente solicitou aos conselheiros que se levasse em consideração o tempo que se levaria para concretizar tal estudo, e que, se houvesse consenso, a implantação do regulamento poderia seguir em regime escalonado até a sua completa aprovação. Segundo a conselheira Florinda Cersósimo, o primeiro passo da comissão seria verificar quais *campi* já conseguiram implementar as novas resoluções que constavam do regulamento e quais foram os resultados. Por isso, três meses poderia ser um período de tempo curto para a comissão realizar o trabalho. O conselheiro Jefferson Amorim acrescentou a questão do próprio conselho: entre setembro e agosto de 2016 deveria haver eleições para novos cargos no CONSUP; e de novos diretores gerais. O conselheiro Fabiano Godinho comentou que deveria ser discutido o regimento e depois fazer a sua implementação. Como havia pontos que estavam corretos, o ideal seria buscar os pontos incorretos e retrabalhá-los e, nesse sentido, três meses seria tempo hábil para apresentar os primeiros trabalhos. Depois disso, o conselheiro Rodney Albuquerque disse concordar com o prazo de implantação escalonada do regulamento de carga horária docente e faltava avaliar a forma como ela seria descrita na resolução. Houve consenso quanto à prorrogação da implantação escalonada. Então, o presidente sugeriu que a implantação escalonada fosse feita pelo menos até que a nova edição do regulamento já revisada fosse aprovada. O conselheiro Fabiano propôs que se formasse uma comissão de docentes e diretores com prazo de mais de três meses a partir do próximo semestre para que fosse sugerida uma proposta, depois três sessões (um semestre) para discutir, mais um semestre de implementação escalonada, ou seja, o prazo seria até o fim de 2016.2. O conselheiro Wallace Vallory concordou com a ideia do conselheiro Fabiano. O conselheiro Marco Espirito Santo achou que o processo deveria ser mais célere dado que havia professores que continuavam trabalhando mais do que 40 horas. A conselheira Florinda concordou com o conselheiro Marco Espirito Santo e acrescentou que o ponto que ele pôs era o mais polêmico. O conselheiro Fabiano Godinho perguntou ao Valter Felix quais teriam sido os problemas mais frequentes enfrentados pela CPPD para registrar os processos de evolução na carreira dos professores. O conselheiro Valter disse que os processos de evolução chegavam às vezes de forma indevida, pois não chegavam assinados, por ultrapassar 40 horas, e que a grande maioria dos processos de todos os grupos sequer chegavam com um plano de trabalho docente. Ele disse também casos mais graves eram dos professores que não estavam em sala de aula, pois alguns se enquadravam no

145

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR

27/01/2016

Grupo 4, e não precisavam estar na sala de aula, enquanto o Grupo 3 precisava estar em sala de aula, e, assim, a CPPD ou prejudicava o servidor ou cumpria o regulamento, correndo o risco de assumir uma responsabilidade de cometer ilegalidade. O presidente comentou que, se o professor não atendesse os requisitos mínimos, ele não poderia progredir. Depois disso, houve aprovação por unanimidade da proposta do conselheiro Fabiano quanto à criação da comissão. Deveria ser instituído então GT para tal e deveria ser estabelecido um prazo para a apresentação dos primeiros trabalhos do GT: ficou definido que o GT teria o prazo de três meses, prorrogável por mais um mês, para apresentar relatório preliminar contendo um levantamento das experiências de implantação e do cronograma de trabalho e discussão nos *campi*, ao CONSUP. O presidente disse que já havia discutido anteriormente com os Pró-Reitores, qual deveria ser a composição desse GT, e a sugestão foi: um representante do CONSUP, um representante da Diretoria de Ensino, a manutenção do Professor Paulo Chagas, e um representante de uma Pró-Reitoria de Ensino. Então, o conselheiro Jefferson Amorim disse que um pró-reitor de Ensino Técnico na comissão seria recomendável. O conselheiro Wallace Vallory reforçou a necessidade de participação de pelo menos quatro docentes no GT. O conselheiro Fabiano Godinho sugeriu a seguinte composição: um representante de uma Pró-Reitoria de Ensino, dois representantes do CONSUP, 4 docentes indicados entre eles mesmos, um representante da CPPD e um representante sindical (escolhido em assembleia dos professores). A conselheira Florinda sugeriu a representação das Diretorias de Ensino, ficando a comissão com a seguinte composição: a manutenção do Professor Paulo Chagas como membro da comissão anterior, quatro representantes da Diretoria de Ensino, um representante de uma Pró-Reitoria de Ensino, um representante da CPPD, um representante do CONSUP. Todos concordaram com essa proposta. Quanto ao representante do CONSUP, foi aprovada pela maioria, em regime de votação, a participação do conselheiro Marco Aurélio Louzada como titular e o conselheiro Fabiano Godinho como suplente. Dando sequência à Ordem do Dia, o presidente passou para o tema Orçamentos, que foi apresentado pelo Pró-Reitor de Administração Miguel Terra. Primeiramente, foi discutida a matriz orçamentária CONIF para 2016. Depois, o Pró-Reitor mostrou a matriz para a assistência estudantil, constando um valor separado para o *campus* Pinheiral, que possui alunos que ficam em alojamentos. O Pró-Reitor Miguel Terra alertou a todos que o orçamento para 2016 é inferior aos dos anos anteriores, sendo cerca de 12% a menos em relação a 2015. Ele esclareceu também que a lógica da matriz CONIF, que orienta o orçamento do IFRJ, é baseada no número de alunos de cada *campus*, mas que cada curso e cada município tem um peso no orçamento. O conselheiro Jefferson Amorim questionou a diferença entre os orçamentos dos *campi* Nilópolis e Maracanã. O presidente pediu objetividade na apresentação, e disse que não seria possível avançar caso fosse discutida a lógica da matriz naquele momento, e sugeriu que tal assunto fosse abordado em outro momento específico. Ele adicionou que houve contingenciamento nos repasses financeiros, e que o ano de 2015 foi finalizado com aproximadamente 30% dos empenhos liquidados sem saldo para o pagamento. Depois disso, o presidente acrescentou que havia quinze conselheiros na sala naquele momento, e que dois precisariam se ausentar a partir das 13 horas, ficando a reunião com quórum restrito. O presidente esclareceu que os recursos recebidos pelo MEC para assistência estudantil eram destinados aos alunos da graduação, como forma de combater a evasão escolar, mas que o IFRJ estendia o benefício aos estudantes dos Ensinos Médio e Técnico. O Pró-Reitor Miguel Terra prosseguiu com a apresentação do Orçamento 2016 e esclareceu as dúvidas dos conselheiros quanto ao uso do SIAFI, uma vez que houve discordância entre as partes quanto ao acesso de informações orçamentárias gerenciais ou não. Em seguida, o conselheiro Jefferson Amorim questionou ao presidente sobre os informes dos concursos. O presidente esclareceu que a SETEC elaborou um modelo de regulação da cessão de vagas para todos os *campi*, e que, dentro desse modelo que seria

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR
27/01/2016

200 implementado, foi feito um levantamento no âmbito do IFRJ, e verificou-se que eram poucos *campi* que ainda teriam direito à contratação de professores e técnicos-administrativos, conforme o indicador “Relação Aluno-Professor” (RAP). O presidente enfatizou a necessidade de aumento do RAP do Instituto, através de medidas que visassem a diminuição da repetência e do índice de evasão escolar. Depois disso, o presidente encerrou a reunião e agradeceu a presença de todos, e, nada mais havendo a ser tratado, eu, Mônica Castro, Secretária do Conselho Superior, encerro a presente ata, que seguirá assinada por mim e pelo presidente.